



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 182/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 10948/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Fundo de Pensões e Aposentadoria de Envira – FAPENV.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Sr. Júlio Chagas de Pinto Mattos, Presidente do FAPENV.

6- Unidade Técnica: DICERP – Relatório de Inspeção nº 33/2015 (fls. 141/152).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 129/2016-MP-EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas (fls. 153/155).

8- Relator: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas. Fundo de Pensões e Aposentadoria de Envira – FAPENV. Exercício 2014.

Contas Regulares com Ressalvas. Recomendação ao responsável. Determinação a Comissão de Inspeção. Ciência ao responsável. Arquivamento.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Acórdão, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar regular com ressalvas, a Prestação de Contas Anual do Fundo de Pensões e Aposentadoria do Município de Envira - FAPENV, referente ao exercício financeiro de 2014, sob a responsabilidade do Sr. **Júlio Chagas de Pinto Mattos**, Diretor-Presidente e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 1º, II, 22, II da Lei nº 2.423/1996 e artigo 188, § 1º, II, da Resolução TCE nº 4/2002;

9.2- Recomendar ao Sr. **Júlio Chagas de Pinto Mattos**, Diretor-Presidente do Fundo de Pensões e Aposentadoria do Município de Envira – FAPENV, a adoção das seguintes providências no **prazo de 06 (seis) meses**, sob pena de responsabilização:

9.2.1- Realização do recenseamento previdenciário, nos termos estabelecidos no art. 9º, II, da Lei nº 10.887/04;

9.2.2- Redução do déficit atuarial do FAENV, consoante art. 20 da Portaria MPS nº 403/08 c/c art. 9º, II, da Lei nº 9.717/98;

9.2.3- Envio do Demonstrativo de Política de Investimentos – DPIN” à Secretaria de Políticas de Previdência Social, para fins de emissão de CRP, conforme art. 5º, XVI, “g”, da Portaria MPS nº 204/08 e art. 1º da Portaria MPS nº 519/11 c/c 9º, II, da Lei nº 9.717/98;

9.2.4- Envio do Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR à Secretaria de Políticas de Previdência Social, para fins de emissão de



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 182/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

CRP, conforme art. 5º, XVI, “d”, da Portaria MPS nº 204/08 e art. 1º da Portaria MPS nº 519/11 c/c art. 9º, II, da Lei nº 9.717/98;

9.2.5- Realização da avaliação atuarial em cada balanço, devendo utilizar-se de parâmetros gerais para organização e revisão do plano de custeio e benefícios previdenciários, encaminhando o Demonstrativo de Resultado de Avaliação Atuarial à SPS/MS, nos termos do art. 5º, XVI, “b”, da Portaria MPS Nº 204/08 e 1º, I, da Lei nº 9.717/98;

9.2.6- Regularização perante o Ministério da Previdência Social, para fins de emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, conforme art. 28 da Port. MPS nº 402/08 c/c arts. 7º, I a IV, 9º, II, da Lei nº 9.717/98, referente aos itens 5 e 12 da Notificação nº 01/2014;

9.2.7- Segregação em contas distintas dos recursos previdenciários e dos valores movimentados da taxa de administração, conforme art. 20 da Res. CMN nº 3.922/10, e alterações posteriores, c/c art. 6º, IV, da Lei nº 9.717/98;

9.3- Determinar à Comissão de Inspeção in loco, que examinará as contas do FAPENV do exercício de 2016, que verifique se o órgão de origem está adotando todas as medidas necessárias para cobrança, inclusive judicialmente, e recuperação do valor de R\$ 1.402.075,94, referente à rubrica “Créditos a Receber” constante no Balanço Patrimonial do Regime Próprio de Previdência Social, bem como o cumprimento das demais recomendações;

9.4- Dar ciência deste Acórdão ao Sr. **Júlio Chagas de Pinto Mattos**, Diretor-Presidente do Fundo de Pensões e Aposentadoria do Município de Envira – FAPENV;

9.5- Arquivar os autos, nos termos regimentais.

10- Ata: 5ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 24 de fevereiro de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral